

Especial

jornalistas
amigos da
criança
nas eleições

Ideal Comunitário

Em debate, as principais questões sobre a infância e a adolescência



SUMÁRIO

Saúde	6
Educação	8
Direitos humanos	11
Geração de trabalho e renda	14

Realização



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Andréia Peres (Cross Content Comunicação), Clarissa Kowalski (Instituto Camargo Corrêa) e Veet Vivarta (Agência de Notícias dos Direitos da Infância)

TEXTO

Carmen Nascimento e Marta Avancini

REVISÃO

Erika Nakahata

ARTE

Cristiano Rosa e José Dionísio Filho (editores), Catarina Bessel (capa e ilustração interna) e Mariana Nascimento (ilustração Jornalistas Amigos da Criança)

IMPRESSÃO

Mattavelli

Este suplemento é parte integrante da revista *Ideal Comunitário* número 11.

O país do futuro

A proposta deste especial é contribuir para um debate qualificado sobre os principais desafios relacionados à infância e à adolescência que o(a) novo(a) presidente(a) enfrentará

Desde o seu primeiro número, a revista *Ideal Comunitário* conta com a parceria da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e tem entre seus colaboradores Jornalistas Amigos da Criança de diversos estados do país. Reconhecidos pelo compromisso com a agenda social e os direitos da criança e do adolescente, esses profissionais tiveram participação fundamental neste especial.

Nove jornalistas entre os 346 integrantes do projeto foram convidados pela Andi para participar de uma coletiva virtual com os candidatos à Presidência da República com maiores índices de intenção de votos. Escolhidos pela relevância do seu trabalho, área de atuação e região, eles abordaram em suas questões temas como a qualidade do Ensino Médio, os altos índices de mortalidade materna e a obrigatoriedade de universalização do acesso à Pré-Escola até 2016.

Muitos deles, como o jornalista Gabriel Grossi, diretor da *Nova Escola*, a maior revista de educação do país, e Henriqueta Santiago, repórter do jornal *Correio da Paraíba*, envolveram as equipes de seus veículos na elaboração das perguntas para os candidatos.

Ao longo de mais de uma década de existência, o projeto Jornalista Amigo da Criança tem contribuído de forma efetiva para a discussão, a elaboração e a implementação de políticas públicas. A diplomação dos primeiros profissionais, em 1997, foi marcada por uma coletiva com o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Anos mais tarde, em 2004, o presidente Lula também foi entrevistado por outro grupo de Jornalistas Amigos da Criança dos principais veículos do país.

A proposta deste especial é dar continuidade a esse trabalho, contribuindo para um debate qualificado sobre os principais desafios relacionados às crianças e aos adolescentes brasileiros que o(a) novo(a) presidente(a) enfrentará nos próximos anos.

Francisco de Assis Azevedo,
diretor executivo do Instituto Camargo Corrêa
Veet Vivarta,
secretário executivo da Andi

Um time campeão

Criado em 1997, o projeto **Jornalista Amigo da Criança**, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), patrocinado pela Petrobras, reconhece profissionais de comunicação cujo trabalho é pautado pelo compromisso com a agenda social e os direitos da criança e do adolescente. No total, 346 jornalistas do Brasil todo já foram homenageados. A Andi convidou nove deles para participar de uma coletiva virtual com os candidatos à Presidência da República com os maiores índices de intenção de votos.



Ana Célia Ossame,

repórter do *Jornal A Crítica*, de Manaus, onde atua nas áreas social e de educação. É formada em jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas e pós-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Já recebeu reconhecimentos importantes, como o Prêmio Imprensa Embratel, em 2004, e o Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, em 2000, com matéria sobre educação indígena. Desde 1997, é Jornalista Amiga da Criança.



Antônio Gois,

repórter da sucursal carioca do jornal *Folha de S. Paulo* há dez anos, é especializado em Educação desde 1996. Ingressou na cobertura dessa área no jornal *O Dia*. É Jornalista Amigo da Criança desde 1999.



Aureliano Biancarelli,

jornalista formado pela Universidade de São Paulo, com especialização em Mídia pela Universidade de Paris. Os temas mais frequentes do seu trabalho estão relacionados a saúde pública, direitos humanos, vida e violência nas cidades. Foi repórter especial de revistas e jornais de grande circulação, como *Veja*, *Jornal da Tarde* e *Folha de S. Paulo*. Desde 2002 é Jornalista Amigo da Criança.



Daniela Arbex,

repórter especial do jornal *Tribuna de Minas*, trabalha na editoria de geral há 15 anos. Membro da Rede de Investigação de Jornalistas da América Latina, venceu importantes prêmios jornalísticos nacionais e internacionais, entre eles o Esso (em 2000 e 2002), o Knight International Journalism Award 2010, concedido pelo Centro Internacional de Jornalistas, e o Ipsy, de melhor investigação jornalística da América Latina, em 2009. É Jornalista Amiga da Criança desde 2000.



Eliane Brum,

jornalista, escritora e documentarista, é colunista do site da revista *Época* e cronista do site *vidabreve.com*. Como repórter, recebeu mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. É autora de *Coluna Prestes – O Avesso da Lenda* (Prêmio Açorianos de autora revelação), *A Vida que Ninguém Vê* (Prêmio Jabuti de melhor livro de reportagem) e *Olho da Rua – Uma Repórter em Busca da Literatura da Vida Real*. É Jornalista Amiga da Criança desde 1997.



Eugênio Esber,

diretor de redação da revista de gestão e negócios *Amanhã*, publicação premiada em várias edições do Prêmio Bovespa de Jornalismo, Prêmio Ethos, Esso, Aberje e Embratel. Também integra a direção do Instituto Amanhã, responsável por publicações como o *Guia da Sustentabilidade*. É Jornalista Amigo da Criança desde 2001.



Gabriel Grossi,

diretor de redação da revista *Nova Escola* de 1999 a 2003 e de 2006 até hoje – a *Nova Escola* é a maior revista de educação do Brasil, com circulação média de 750 mil exemplares por mês. Formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuou nos principais veículos de comunicação do país, como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. É Jornalista Amigo da Criança desde 2002.



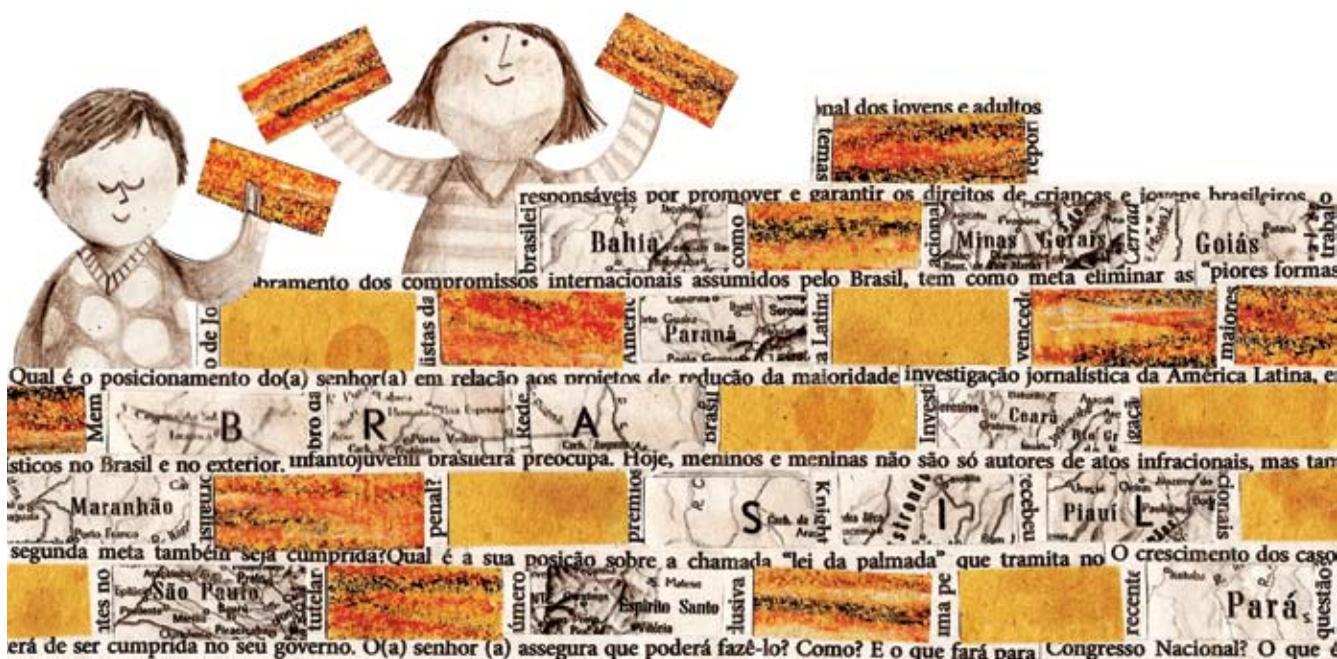
Henriqueta Santiago,

repórter do jornal *Correio da Paraíba*. Jornalista Amiga da Criança desde 2003, foi vencedora do Prêmio Ayrton Senna em 2006 na categoria jornal, com um conjunto de matérias sobre pobreza, educação, saúde, trabalho infantil e exploração sexual.



Marcelo Canellas,

repórter especial da Rede Globo de Televisão desde 1990. É especializado na cobertura de temas ligados aos direitos humanos e autor de algumas das séries de reportagem mais premiadas da televisão brasileira, como "Fome" (2001 – *Jornal Nacional*), "Cerrado" (2004 – *Jornal Nacional*) e "Terra do Meio: Brasil Invisível" (2007 – *Bom Dia Brasil*). Já recebeu mais de 40 prêmios jornalísticos no Brasil e no exterior. Desde 2002, é Jornalista Amigo da Criança.



Um salto adiante

O país registrou muitos avanços nas condições de vida das crianças e dos adolescentes brasileiros nos últimos anos. Mas alguns problemas persistem, como as desigualdades regionais e socioeconômicas. Como os candidatos à Presidência pretendem lidar com essas questões, as quais seus predecessores não conseguiram solucionar?

As condições de saúde e de educação em regiões tradicionalmente desfavorecidas estiveram presentes nas questões elaboradas pelos Jornalistas Amigos da Criança que participam deste especial. Da mesma forma, a mortalidade materna e o aborto, que afetam de forma contundente a saúde das mulheres e têm influência direta nas condições de vida das crianças, entraram na pauta enviada aos candidatos, assim como o trabalho infantil e a redução da maioridade penal, e a ainda precária estrutura de defesa dos direitos da infância e da adolescência no país.

Os presidenciáveis também foram questionados sobre a falta de escolas para atender crianças com menos de 5 anos e de um Ensino Médio capaz de preparar os jovens para os novos desafios do mercado de trabalho. As candidatas Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) enviaram respostas para essas perguntas (apenas 3 das 12 questões formuladas não foram respondidas por Dilma Rousseff). As informações foram encaminhadas por e-mail pelas assessorias das candidatas e aparecem nas próximas páginas, em ordem alfabética.

Apesar de convidado a participar deste especial, o candidato José

Serra (PSDB) não respondeu às questões enviadas à sua assessoria. Na página 15, há um apanhado das propostas do candidato, que estão nos sites do Tribunal Superior Eleitoral e no Proposta Serra.

Dilma Rousseff, economista mineira, foi ministra das Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula. Para solucionar os problemas levantados pelos Jornalistas Amigos da Criança, Dilma pretende dar continuidade aos programas implantados pelo atual governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a construção de mais creches, escolas técnicas e universidade, e as redes de proteção à saúde da mulher e da criança.

Marina Silva, professora acreana de História, foi senadora e ministra do Meio Ambiente do governo Lula. Suas diretrizes de governo incluem a ampliação dos investimentos na educação e a integração das políticas voltadas para o atendimento das crianças, dos adolescentes e das famílias.

Em comum, as candidatas destacaram a importância do ensino técnico no preparo dos jovens para a vida profissional e da continuidade de políticas públicas que têm tido resultados efetivos.

Saúde

Embora as condições de saúde das crianças tenham melhorado nos últimos anos, os números ainda são preocupantes. Na região Nordeste, onde está localizada a maioria dos estados que fazem parte do Semiárido brasileiro, as taxas de mortalidade infantil são 50% mais altas do que a média nacional. Estima-se que, a cada mil crianças nascidas nessa região, 45,9 morrem antes de completar 5 anos de vida. O país também não tem conseguido avançar em relação à mortalidade materna. Entre 2000 e 2005, a taxa cresceu 2,1%. As causas obstétricas diretas, que incluem o aborto, provocam aproximadamente 73% das mortes registradas, segundo dados do Ministério da Saúde.

▶ As mais altas taxas de mortalidade infantil são encontradas principalmente em regiões do Semiárido nordestino. No seu plano de governo, há projetos para combater a mortalidade infantil e melhorar os indicadores para essa região? **Pergunta elaborada pela Jornalista Amiga da Criança Henriqueta Santiago.**

D I L M A

Vamos desenvolver uma política de cuidados com a criança, desde a gestação, passando pelo parto, até o atendimento nos primeiros anos de vida. Isso será feito pela Rede Cegonha, que será implementada em clínicas da mulher. Nosso projeto inclui maternidades de baixo e de alto risco, UTIs neonatais e o Samu Cegonha, serviço de emergência especializado no atendimento da mulher grávida. Vamos, também, financiar a criação de 6 mil creches em quatro anos. Uma creche, para nós, não é um local de depósito de crianças. É, sobretudo, um local para que as crianças das classes populares do nosso país tenham as mesmas oportunidades das crianças mais ricas, sendo bem cuidadas e estimuladas em seu desenvolvimento.

M A R I N A

Dentre nossas propostas, que incidem diretamente no combate à mortalidade infantil, propomos integrar as políticas de atendimento à primeira infância aos programas de apoio à família com transferência de renda e capacitação relativa aos cuidados de saúde e ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças feito por agentes comunitários.

É preciso garantir que as mulheres tenham um melhor atendimento no pré-natal, uma alimentação saudável e condi-

ções dignas de moradia e tenham à sua disposição creches públicas de qualidade e atendimento integral próximo de suas residências. É muito importante também incorporar na atuação das equipes do Programa Saúde da Família e junto aos agentes comunitários o conceito sobre a importância da amamentação, incentivando a alimentação saudável e criando condições para que as mulheres possam amamentar.

No Nordeste, temos graves problemas de pobreza e, consequentemente, de saúde. Temos que fazer a inclusão produtiva na região, oferecer oportunidades às pessoas e melhores condições de vida com a terceira geração de programas sociais, que irá ampliar os esforços atuais de forma proativa, integrada e adequada a diferentes condições de carência. O objetivo é superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias para a sua inclusão produtiva na sociedade.

▶ Diante de uma gravidez indesejada, as mulheres (milhares delas jovens e adolescentes) se valem de todos os recursos para interromper a gravidez. Mesmo o aborto considerado legal é dificultado pela rede pública de saúde. O que o(a) senhor(a) no governo federal pretende fazer diante desse cenário? É favorável à descriminalização do aborto? **Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Aureliano Biancarelli.**

D I L M A

Pessoalmente, sou contrária ao aborto e favorável à manutenção da legislação atual. Entendo que o aborto deve ser tratado pelo Estado como questão de saúde pública, garantindo proteção à saúde da mulher.

MARINA

Eu não faria um aborto e não advogo em favor dele, mas reconheço que existem argumentos relevantes dos dois lados da discussão e respeito as pessoas que têm posições diferentes da minha. Sei que essas situações acontecem em momentos de muito sofrimento e desamparo e não podem ser reduzidas e tratadas de forma simplista e maniqueísta. Também não acho que o único argumento que deve ser levado em consideração para decidir esse assunto seja o moral. Há questões éticas, filosóficas e de direito, que precisam ser debatidas. Penso que o debate ainda não foi feito com a devida profundidade, por isso proponho um plebiscito para que a discussão seja feita e ampliada.

Entendo que o Estado deve oferecer às mulheres toda a informação e cuidado necessários dentro do que esteja previsto pela lei, bem como deve desenvolver as políticas sociais necessárias para que as mulheres não sejam mais vítimas da desinformação e sofram sozinhas o drama e as consequências de uma gravidez não desejada.

► O Brasil melhorou vários índices de saúde, mas os de mortalidade materna continuam vergonhosos. As pesquisas mostram que 90% das mortes poderiam ter sido evitadas. Quem morre são mulheres jovens, deixando famílias desestruturadas e crianças órfãs, o que gera outros problemas sociais em cadeia. Quais são as medidas concretas que o(a) candidato(a) pretende tomar, se for eleito(a), para alcançar uma redução significativa dos números de mortalidade materna? **Pergunta elaborada pela Jornalista Amiga da Criança Eliane Brum.**

DILMA

As taxas de morte materna são preocupantes no Brasil e no mundo. Em recente reunião do Comitê Econômico e Social das Nações Unidas, discutiu-se que, dos Objetivos do Milênio, a redução da mortalidade materna aos níveis desejados talvez seja o mais difícil de ser alcançado pelos países. Entendo ser fundamental a adoção de uma abordagem integral do tema e posso afirmar que, se eleita, darei continuidade à Política Nacional de Planejamento Familiar executada pelo Ministério da Saúde, que torna acessíveis a informação e os métodos contraceptivos a cada cidadã e cidadão. Mas quero lembrar que os debates em torno do nosso programa de governo, pelos partidos de nossa

coligação, ainda não estão concluídos e, certamente, teremos futuramente mais informações a dar.

MARINA

A construção de uma sociedade sustentável e moderna requer atenção especial às mulheres em nosso país – que hoje são 51% da população brasileira e 43,7% da população economicamente ativa do país. O investimento na mulher gera benefícios para toda a família. Quando se investe na saúde, educação e geração de renda delas, as crianças são mais saudáveis e passam a ter melhor rendimento escolar.

Combater a mortalidade materna requer a ampliação e a qualificação profissional das equipes do Programa Saúde da Família e de agentes comunitários de saúde, que deverão trabalhar na identificação precoce da gravidez para que as grávidas possam ter acompanhamento desde os primeiros dias da gestação, com consultas mensais com as equipes do Programa Saúde da Família. A proposta é de cuidado integrado, mãe e filho, para a garantia de um pré-natal seguro. Defendemos o parto natural, com humanização, e investimento em casas de parto e apoio às parteiras tradicionais. Agentes comunitários acompanharão as gestantes desde os primeiros dias da gestação. Será garantido o cuidado integrado para mãe e filho, de forma que o pré-natal tenha qualidade e sejam assegurados a maternidade onde a gestante terá a criança e o combate à transmissão vertical do HIV.

Serão desenvolvidas ações desde a adolescência, para que sejam prevenidas doenças sexualmente transmissíveis, aliadas a campanhas de educação reprodutiva. Esse será o início de um ciclo de tratamento que deve abarcar as diferentes fases da vida feminina, com atuações específicas e profissionais habilitados para cada grupo populacional.

Realizaremos esses objetivos por meio de medidas de combate à violência contra a mulher e de assistência às famílias e às crianças; criação da terceira geração de programas sociais dando oportunidades de emancipação econômica para as populações assistidas; educação adequada e promoção da saúde da mulher e das crianças.

► LINKS

Programas dos candidatos à Presidência

Dilma Rousseff: www.dilma13.com.br/propostas/apresentacao

José Serra: www.propostaserra.com.br

Marina Silva: www.minhamarina.org.br/diretrizes_governo

Educação

Os indicadores da educação melhoraram muito nos últimos anos. Hoje 97,6% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola. No entanto, como em outros setores, as desigualdades persistem, tanto em termos regionais quanto raciais e socioeconômicos. Das cerca de 660 mil crianças que não estudam, 450 mil são negras. Nas regiões mais pobres do país, somente 40% das crianças terminam o Ensino Fundamental. A situação também é grave na Educação Infantil e no Ensino Médio: uma em cada quatro crianças de 4 a 6 anos está fora da escola e apenas 48% dos adolescentes de 15 a 17 anos estudam no nível de ensino adequado à sua faixa etária.

► A má qualidade da educação brasileira é, reconhecidamente, um dos gargalos para melhorar tanto a qualidade de vida da população quanto a qualificação profissional dos jovens e adultos. Quais são os principais pontos do seu plano de governo para a área de educação? **Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Gabriel Grossi.**

D I L M A

Vamos atuar da creche à pós-graduação. Os investimentos em educação darão sequência ao que já foi realizado no governo do presidente Lula. No PAC2 [segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento] já temos previstos os investimentos para construção de 6 mil novas creches, de 2011 a 2014. Na Educação Básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina informações de rendimento escolar

e provas de avaliação padronizadas, permite ao Ministério da Educação (MEC) direcionar recursos para escolas e municípios com pior desempenho, contribuindo para a diminuição da desigualdade em nosso país. Temos a meta de implantar a educação integral em 32 mil escolas até 2014. Propomos a expansão do ensino técnico profissional em municípios com mais de 50 mil habitantes e cidades-polos das microrregiões. No ensino superior, vamos dar continuidade e ampliar o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], ProUni [Programa Universidade para Todos], Fies [Financiamento Estudantil] e Universidade Aberta do Brasil, sempre com o foco na qualidade. Para isso, vamos investir na melhoria salarial e na formação continuada do professor.

M A R I N A

Em primeiro lugar, o compromisso com o aumento do percentual do PIB [Produto Interno Bruto] para a educação. Um valor de 7% do PIB no primeiro momento, e, pensando que isso pode

O papel de cada um

No próximo dia 3 de outubro, cerca de 135 milhões de eleitores vão às urnas no Brasil eleger o novo presidente, além de senadores, deputados federais, deputados estaduais e governadores. A tarefa não é fácil – segundo o Tribunal Superior Eleitoral, são 22.561 candidatos em campanha.

Veja a seguir quais são as atribuições de cada cargo em disputa nestas eleições:

Presidente: além de chefiar as Forças Armadas, é responsável pela administração

do país e por representá-lo no cenário internacional. Entre suas atribuições está nomear ministros e assegurar a execução das leis federais.

Governador: suas funções são administrar os recursos do seu estado e representá-lo politicamente, comandar a segurança pública e garantir a execução das leis aprovadas pela Assembleia Legislativa.

Senador: além de elaborar e revisar leis, é responsável, entre outras coisas, por fiscalizar

a atuação do presidente, do vice-presidente e dos ministros.

Deputado federal: é responsável pela elaboração de leis nacionais e pela fiscalização da administração do presidente.

Deputado estadual: seu trabalho é semelhante ao do deputado federal, só que no âmbito do estado que representa. Elabora leis de interesse estadual e fiscaliza a atuação do governador, do vice-governador e dos secretários estaduais.

ser alcançado através do que já foi votado, como a lei da DRU [em março de 2009, foi aprovada a Emenda Constitucional 59, que acabou com a incidência da Desvinculação de Recursos da União (DRU) sobre a Educação], vamos ter paulatinamente, até 2012, mais recursos para a educação, no caso de recursos contingenciados. Precisamos evitar o desperdício e a corrupção e, a partir disso, poder ter mais recursos de uma forma geral para o governo.

Depois, entrando na questão do sistema escolar, vamos mudar a cara da escola. Queremos uma escola aonde as crianças e os jovens queiram ir e onde aprendam. Para isso, será fundamental fazer um “repensar” sobre os conhecimentos e o currículo da escola. Novos conhecimentos do século XXI, que têm como eixos: as questões socioambientais, as tecnologias da informação, as novas tecnologias, a diversidade cultural e a educação científica. A partir disso, vamos repensar o currículo e uma nova forma de organização da escola.

A terceira prioridade é essencial para o professor, que é o resgate do respeito e do reconhecimento da importância do professor na sociedade. A concretude se dá a partir de uma ênfase em salários dignos, planos de carreira, formação inicial e continuada atrelada a um novo currículo, sempre partindo do pressuposto de que a maior parte dos professores na rede hoje tem menos de 40 anos, ou seja, eles estarão na ativa por muito tempo.

Não é um desafio fácil, afinal vários governos já tentaram; por isso a ideia é pensar em um grande pacto com as escolas, com as universidades públicas e privadas para repensar essa formação inicial e continuada – aproximadamente 70% dos professores hoje são formados em universidades privadas.

Além disso, é preciso dar ênfase à formação dos demais educadores: diretores, coordenadores pedagógicos, bibliotecários.

Outro ponto é o compromisso com a educação integral. Não estamos falando em escola em tempo integral, mas de educação integral, que envolve o conceito amplo de integrar diferentes dimensões do ser humano: afetiva, cognitiva e física. Assim como as diferentes articulações dos saberes – saberes escolares articulados com saberes populares e com as questões do patrimônio cultural, das artes e dos esportes. Isso pode ter vários modelos, em que os espaços da comunidade, como praças, bibliotecas, centros culturais e museus, podem estar articulados com a escola para oferecer essa educação integral.

O Ensino Médio e o profissionalizante são também outro ponto importante. Quando falamos de repensar a escola, não é possível fazê-lo de uma única vez. Por essa razão, devemos começar pelo Ensino Médio, em que existe uma evasão de aproximadamente 50%. As pesquisas mostram que isso acontece por falta de interesse dos jovens.

Além disso, é no Ensino Médio que ocorre desarticulação entre a escola, o mundo onde o jovem vive e as demandas do mercado de trabalho.

Repensar esse currículo de Ensino Médio e integrar também as questões da escola técnica não é reduzir o Ensino Médio ao ensino técnico, mas pensar em um Ensino Médio integrado. Já existe uma proposta do MEC nessa direção. É preciso pensar no ensino técnico analisando quais são as demandas do mercado e quais são as novas profissões. Em relação à sustentabilidade, já há demandas na sociedade a que não estamos conseguindo responder.

▶ Hoje, 25% das crianças em idade pré-escolar não frequentam essa etapa de ensino. Quais seus planos para essa área de forma a atingir a universalização até 2016, conforme prevê emenda constitucional aprovada em 2009? **Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Gabriel Grossi.**

D I L M A

Em quatro anos, vamos construir 6 mil creches, ou seja, 1,5 mil por ano. Além de proporcionar aumento da taxa de frequência, haverá a universalização do atendimento em pré-escola na faixa etária de 4 a 5 anos. Os recursos estão garantidos pelo PAC2.

M A R I N A

Entre as minhas prioridades está articular as políticas de atenção à primeira infância com a educação. Vamos criar creches e investir na qualificação, tanto das creches governamentais quanto das conveniadas ou comunitárias, de forma que haja uma supervisão para que se consiga avançar na qualidade do atendimento das instituições conveniadas.

É fundamental também implantar a obrigatoriedade de Educação Infantil a partir dos 4 anos, dentro dos recursos do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], para que isso possa ser atingido. Além disso, é preciso pensar no atendimento direto da creche e da pré-escola e no apoio à família – a importância, principalmente nas famílias de alta vulnerabilidade, de ter programas articulados com a saúde, com os agentes comunitários e de saúde, para que eles possam trabalhar no fortalecimento das famílias e no desenvolvimento das crianças nos primeiros meses, acompanhando as questões de saúde e de desenvolvimento cognitivo e emocional, de forma a fortalecer a família, aumentar a capacitação delas, principalmente das mulheres, para que essas crianças possam ter melhor rendimento na escola.

► As estatísticas educacionais têm registrado melhorias no Ensino Fundamental, mas o mesmo não acontece no Ensino Médio. Em sua opinião, o que precisa ser feito pelo governo federal para que o nível médio avance? **Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Antônio Gois.**

D I L M A

Vamos criar um programa voltado exclusivamente para a melhoria do Ensino Médio: melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas, com investimentos na qualificação e no salário dos professores; integrar o Ensino Médio ao profissionalizante também nas escolas públicas. O Brasil está crescendo muito e vai crescer ainda mais, exigindo mais profissionais especializados. O caminho é criar mais escolas técnicas e oferecer mais vagas. Vamos continuar nesse caminho da melhoria e expansão com o foco sempre na interiorização do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade.

M A R I N A

O currículo do Ensino Médio deve contemplar os desafios da sociedade contemporânea, as questões do mercado de trabalho, e ser integrado ao ensino técnico. Em relação aos professores, vamos incentivar a formação de licenciaturas nas áreas de Ciências, porque existe um déficit de 200 mil professores nessas áreas, além de investir na formação inicial e continuada, de forma que esses professores possam ter uma atualização mais contemporânea para o trabalho com esses jovens, tanto no modo de dar aula como nos seus conteúdos.

► Qual é a sua proposta para a área da educação em estados como os da Amazônia? No último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a média da maioria das escolas do estado do Amazonas foi abaixo de 400 pontos e a situação piora nas escolas indígenas, cuja média não passou dos 200 pontos. Estados tão desiguais não devem merecer um tratamento diferenciado nessa área? **Pergunta elaborada pela Jornalista Amiga da Criança Ana Célia Ossame.**

M A R I N A

A questão do acesso às tecnologias é fundamental. Vamos ampliar a cobertura de banda larga tanto através de recursos governamentais quanto de parcerias com empresas privadas.

Temos uma preocupação com as populações ribeirinhas da Amazônia, os povos e comunidades tradicionais, de reconhecer e respeitar seus direitos, seus conhecimentos, inovações, práticas e tradições, e sua organização, de garantir esses territórios e os direitos de acesso a eles, o apoio à sua gestão ambiental. E vamos garantir uma educação indígena de fato, porque hoje ela existe na lei, mas é muito difícil implantar, por exemplo, o ensino superior a populações indígenas. Há ONGs atuando junto ao MEC com a questão indígena, o ensino superior, de forma a buscar mais qualidade na educação, mas pensando na diversidade cultural.

Acompanhar para cobrar

Para votar de forma consciente, é fundamental conhecer o plano de governo dos diferentes candidatos. Nesse documento estão descritos seus compromissos, suas propostas de ação, as diretrizes que as orientam e as metas a serem atingidas durante o mandato. É com base nele que os eleitores podem avaliar e cobrar seus candidatos após as eleições.

Hoje, a maior parte dos políticos divulga seus programas na internet, que é uma importante ferramenta também para os eleitores.

Existem diversos sites através dos quais é possível acompanhar o desempenho dos ocupantes de cargos públicos eletivos e enviar a eles propostas ou críticas sobre sua atuação. O Projeto Excelências (www.excelencias.org.br), por exemplo, apresenta informações detalhadas – como gastos, faltas, produtividade, entre outros – sobre todos os parlamentares das esferas federal e estadual e sobre os vereadores das capitais brasileiras. Já o Vote na Web (www.votenaweb.com.br)

mostra todos os projetos apresentados no Congresso Nacional e os submete à votação dos internautas, que também podem enviar comentários.

E a mobilização virtual é poderosa. Foi por meio das redes sociais que os coordenadores da campanha Ficha Limpa (*veja quadro na página 14*) conseguiram coletar a quantidade de assinaturas necessária para o envio do projeto de lei ao Congresso Nacional e pressionar os parlamentares para sua aprovação.

Direitos humanos

Um dos principais problemas que afetam as crianças brasileiras é o trabalho infantil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2009, 908 mil crianças entre 5 e 13 anos de idade trabalham no país. Outro problema é a violência doméstica, que atinge mais as crianças pequenas. Elas são vítimas principalmente de negligência (46,3% dos casos notificados) e de agressões físicas (25,1%). Já os adolescentes entre 12 e 18 anos são mais atingidos pela violência urbana: cerca de 45% das mortes nessa faixa etária se dão por homicídio.

► O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tem como meta eliminar as “piores formas” de trabalho infantil até 2015 e erradicar a totalidade de trabalho infantil até 2020. A primeira meta terá de ser cumprida no seu governo. O(a) senhor(a) assegura que poderá fazê-lo? Como? E o que fará para que a segunda meta também seja cumprida?

Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Marcelo Canellas.

MARINA

Penso que seja possível avançar para além da primeira meta no prazo de quatro anos e erradicar o trabalho infantil antes de 2020. O desafio aqui se desdobra em dois movimentos: primeiro, a necessidade de ampliar o processo de inclusão social a partir de políticas mais ousadas de distribuição de renda. Sabemos que grande parte do problema do trabalho infantil está vinculada à miséria e à marginalização social. Na medida em que soubermos avançar na redução das desigualdades sociais, estaremos contribuindo para a redução do problema. Ao mesmo tempo, devemos transformar a “prioridade absoluta” para as crianças e adolescentes, inscrita na Constituição e repetida pelo ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], em um compromisso materializado nos orçamentos da União, dos estados e municípios. Apenas assim teremos condição de desenvolver projetos mais amplos de proteção às nossas crianças e adolescentes. O governo federal não pode obrigar estados e municípios a investirem mais na proteção das crianças, mas pode condicionar a liberação de determinados recursos da União ao crescimento dos investimentos na área. Penso que apenas essa postura já permitiria uma enorme diferença.

► Qual é a sua posição sobre a chamada “Lei da Palmada”, que tramita no Congresso Nacional? O que é, em sua opinião, um castigo lícito e educativo? E qual o papel do Estado nessa questão? **Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Marcelo Canellas.**

D I L M A

Qualquer forma de violência é inaceitável. E contra uma criança é ainda mais condenável. Existem procedimentos de disciplina não violenta, a começar pelo exemplo dos adultos, pelo diálogo e pelo uso de restrições que não causem dor ou humilhação. O papel do Estado nessa questão está nas ações de prevenção e proteção, definidas legalmente, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de programas, como os que existem sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos. E, recentemente, o presidente Lula apoiou a iniciativa da Rede Não Bata, Eduque, que encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional. Esse projeto deverá ser acompanhado em sua tramitação, com prioridade, no meu governo, caso eleita.

MARINA

Há muito tempo sabemos que a proteção dos direitos fundamentais envolve também determinadas situações que se verificam no espaço da vida doméstica e que foram, tradicionalmente, tratadas como “questões privadas”. Graças a essa concepção, ninguém mais estranha que o Estado possa estabelecer regras que protegem as mulheres diante de uma tradição secular de violência doméstica. Não vejo por que não pensar a proteção das crianças da mesma forma. Até com muito mais razão, se tivermos

em conta que as crianças não podem, por definição, se defender de uma agressão. Estamos aqui lidando com um tema que só é polêmico por mexer com uma cultura que legitima a violência, desde que “moderada”, contra as crianças. Vários países já aprovaram leis semelhantes. O primeiro deles, a Suécia, proibiu as punições físicas sobre as crianças em 1979. Na verdade, estamos muito atrasados neste tema. Por óbvio, proibir as punições físicas e todas as práticas humilhantes na educação dos filhos não significa defender uma educação permissiva. Educar pressupõe impor limites. Desde o momento em que a criança já pode compreender a necessidade de observar certas regras e cumprir combinações é importante que, em caso de descumprimento, possa receber algum tipo de sanção, o que também deve fazer parte da combinação. Não há qualquer razão, entretanto, que justifique a punição física ou um ato de desrespeito. Isso só ocorre por despreparo dos pais e mães, que, por isso mesmo, precisam ser auxiliados. A primeira coisa que eles devem perceber é que, quando batem em seus filhos, a única coisa que estão ensinando é que a violência é um ato legítimo para a superação de conflitos. Não por acaso, crianças e adolescentes violentos possuem, normalmente, um histórico de vitimização por violência doméstica.

► O crescimento dos casos de violação envolvendo a população infantojuvenil brasileira preocupa. Hoje, meninos e meninas não são só autores de atos infracionais, mas também vítimas de violência. Qual é o posicionamento do(a) senhor(a) em relação aos projetos de redução da maioridade penal?

Pergunta elaborada pela Jornalista Amiga da Criança Daniela Arbex.

D I L M A

Pessoalmente, não acredito que o aumento das medidas punitivas seja solução. Nos países em que a idade penal foi rebaixada, não houve diminuição da criminalidade. À parte as polêmicas a respeito desse assunto, entendo que o acesso a direitos básicos, com políticas públicas de educação e saúde de qualidade, é essencial. Por sua vez, o governo do

presidente Lula vem implementando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2006. Mais de R\$ 500 milhões foram investidos para a construção de unidades de internação que permitam um atendimento mais individualizado, e também para o financiamento, aos municípios com mais de 20 mil habitantes, de programas de acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, além de parcerias com universidades para a formação das equipes de atendimento. Com isso, reduzimos a taxa de internação nos últimos quatro anos. Se eleita, meu governo intensificará o apoio da União aos governos estaduais e municipais no sentido de aprimorar o sistema socioeducativo. Também buscaremos a parceria com a sociedade e especialmente com os empresários para que o estigma e o medo deem lugar à aposta na recuperação desses adolescentes e na sua inclusão social.

M A R I N A

A ideia de que a definição da idade penal possa cumprir alguma função dissuasória é uma das mais consistentes ilusões modernas. No Brasil, se olharmos a curva dos crimes violentos em relação à idade dos autores, veremos que o pico se dá em torno dos 21 anos, três anos, portanto, após a maioridade penal. Se houvesse alguma diferença nessa definição, seria de se esperar que jovens adultos de 20 anos cometessem menos crimes que adolescentes de 17. Ocorre exatamente o contrário. Reduzir a idade penal só traria uma consequência: em vez de mandarmos meninos para as Febens [unidades de internação], os encaminharíamos para o sistema prisional. Em outras palavras: não resolveríamos problema algum, mas agravaríamos a superlotação de nossas prisões e tornaríamos as chances de recuperação e integração social desses adolescentes muito mais improváveis. O que me parece legítimo discutir é a possibilidade de ampliação do prazo máximo de internação (três anos) definido pelo ECA. Mas isso só poderia se admitir para casos de perfis especialmente agravados, de modo que não houvesse a chance de a medida de internação se banalizar – uma tendência já verificada em vários estados. Em vez de discutirmos a redução da idade penal e seguirmos encantados com as promessas ilusórias

do direito penal, trata-se de desenvolver políticas públicas eficazes de prevenção, inclusive de prevenção terciária – para aqueles jovens que já se envolveram em atos infracionais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, temos uma experiência extraordinária de uma bolsa aos egressos do sistema socioeducativo, com formação profissional. O programa tem reduzido de maneira impressionante os indicadores de reincidência infracional.

► A Andi divulgou, recentemente, uma pesquisa exclusiva sobre Conselhos Tutelares no Brasil. Atualmente, são 5.772 conselhos, 24% a mais que em 2006. No entanto, o estudo aponta para a precarização da estrutura desses órgãos, responsáveis por promover e garantir os direitos de crianças e jovens brasileiros, o que compromete a sua ação em todo o país. Qual é a sua proposta para garantir o efetivo funcionamento dos Conselhos Tutelares? **Pergunta elaborada pela Jornalista Amiga da Criança Daniela Arbex.**

D I L M A

Estamos muito próximos da universalização na implantação dos Conselhos Tutelares, mas ainda não chegamos ao ideal de condições. No entanto, a partir dos resultados da pesquisa Bons Conselhos, realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 2005, o governo do presidente Lula passou a desenvolver um conjunto de ações visando fortalecer os Conselhos Tutelares. Foram implantadas Escolas de Conselhos em 21 estados, e pretendemos universalizar esses projetos de formação em todo o país, inclusive no interior dos estados, através de parcerias com universidades regionais. Dado o sucesso da iniciativa, continuaremos apostando também no ensino a distância, desenvolvido através de dois portais na Internet, com a Universidade de Brasília (UnB) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Hoje, temos ainda um novo sistema de informação, em versão web, capaz de operar em sintonia com os disque-denúncias locais, que permite acesso a dados fundamentais para o trabalho dos gestores, conselhos e sistema de justiça, por exemplo. Recentemente, o

Conanda estabeleceu novos parâmetros de funcionamento para os Conselhos Tutelares e, nesse sentido, apoiaremos os municípios para o que for necessário ao cumprimento da resolução. Em especial, desenvolveremos um processo inédito de aprimoramento das estruturas dos Conselhos Tutelares nos polos-sede da Copa do Mundo e em áreas de concentração de novas obras de infraestrutura.

M A R I N A

Penso que devemos incluir a estrutura dos Conselhos Tutelares como um dos indicadores básicos dos municípios, estabelecendo parâmetros mínimos a serem observados. O Ministério Público e os Tribunais de Contas dos estados podem ser, neste ponto, grandes aliados e terem verdadeiro protagonismo. Não é possível que, diante do mandamento constitucional de prioridade absoluta à criança e ao adolescente, tenhamos que conviver com esta situação em que os gestores públicos condenam os Conselhos Tutelares ao imobilismo e à ineficácia por conta da absoluta ausência de recursos e estrutura. Precisamos, neste ponto, mobilizar amplamente a sociedade civil e exigir uma mudança de atitude dos gestores. A União pode auxiliar, como já assinalai, condicionando a liberação de recursos a projetos efetivos de estruturação dos conselhos. De outra parte, penso que o Brasil precisa rediscutir a forma de composição dos Conselhos Tutelares. Atualmente, cada município elabora sua própria legislação, o que tem permitido a emergência de distorções, especialmente nos casos em que se optou pelas eleições diretas para os conselhos. Aqui há um grande equívoco, porque o mecanismo das eleições diretas assinala o compromisso com a representatividade. Mas quando formamos um Conselho Tutelar não estamos definindo uma representação da sociedade, com toda sua diversidade. Estamos selecionando aqueles mais capacitados para cumprir uma lei, o ECA. Então, não se trata de escolher “representantes do povo”, mas “embaixadores do ECA”. A experiência com as eleições diretas tem permitido que partidos políticos e mesmo igrejas instrumentalizem o processo eleitoral, o que termina depreciando a qualidade dos conselhos. Então, penso que deveríamos abrir esta discussão e, talvez, estabelecer um regimento único para todo o país que estimule maior qualidade na composição dos Conselhos Tutelares.

Geração de trabalho e renda

A principal dificuldade dos jovens brasileiros de 16 a 24 anos, hoje, é ingressar no mercado de trabalho. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, eles são 42,2% do total de desocupados no país. E os que conseguem uma oportunidade têm de enfrentar outro problema: a precarização das condições de trabalho. De acordo com dados de 2007 do Banco Mundial, quase 60% dos brasileiros entre 15 e 19 anos são trabalhadores não remunerados ou sem carteira de trabalho assinada.

► Com louváveis exceções, a escola brasileira ensina nossas crianças e jovens a pensar como empregado. O aparato do Estado reforça essa cultura. O que seu governo fará para criar uma geração de empreendedores em todos os níveis sociais, especialmente na base da pirâmide? **Pergunta elaborada pelo Jornalista Amigo da Criança Eugênio Esber.**

MARINA

Em meu programa de governo, proponho estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza, especialmente entre os jovens.

É necessário realizar um pacto geracional que fomente oportunidades sustentáveis de vida aos jovens; gerar emprego e renda com

novas tecnologias socioambientais; promover e fomentar trocas de experiências, intercâmbios, livres expressões e manifestações culturais, espaços permanentes, redes sociais, organizações juvenis e movimentos sociais; investir em conhecimento e inovação como estratégias prioritárias para potencializar o patrimônio natural e viabilizar a transição para uma economia mais sustentável, de baixa emissão de carbono.

► LINKS

Cidadania na web

Bolsa de Valores Políticos (www.bovap.com.br)

Cidade democrática (www.cidadedemocratica.com.br)

Eleitor 2010 (<http://eleitor2010.com>)

Eu lembro (<http://eulembro.com.br>)

Google Eleições Brasil 2010 (www.google.com.br/eleicoes2010)

Questão Pública (www.questaopublica.org.br)

Candidatos com ficha limpa

As eleições deste ano serão as primeiras realizadas sob as regras da lei conhecida como Ficha Limpa. Criada a partir de uma iniciativa popular, a Lei Complementar nº 135 impede que políticos condenados por crimes graves, como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e corrupção, participem das eleições para cargos públicos no país.

A Lei Ficha Limpa resultou de uma ampla mobilização popular coordenada por duas redes de organizações da sociedade civil: a Articulação Brasileira contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci), que reúne 78 entidades, e o Movimento de Combate à

Corrupção Eleitoral (MCCE), com sede em Brasília, que acompanha a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de garantir a idoneidade do processo eleitoral. Foram coletadas cerca de 1,9 milhão de assinaturas de eleitores em todo o país.

A campanha mantém agora um site na internet (www.fichalimpa.org.br) para ajudar os eleitores a acompanhar a situação dos seus candidatos. Ali, existe

um cadastro voluntário de candidatos aos cargos de presidente da República, senador, deputado federal e governador que atendem à Lei Ficha Limpa, no qual eles prestam contas sobre a origem dos recursos obtidos para sua campanha e os gastos efetivados. O site também informa o endereço de organizações às quais os eleitores podem denunciar candidatos que executem práticas ilegais, como compra de votos e falsificação na prestação de contas.

Proposta do candidato José Serra

EDUCAÇÃO

Em pronunciamento, durante a Convenção Nacional do PSDB, em Salvador, em 12 de junho de 2010, José Serra explicitou três compromissos com a educação:

1. “O primeiro é dar prioridade à qualidade do ensino, que exige reforçar o aprendizado na sala de aula, começando por colocar dois professores por sala da 1ª série do Ensino Fundamental”;
2. “O segundo é criar mais de 1 milhão de novas vagas em novas escolas técnicas, com cursos de um ano e meio de duração, de nível médio, por todo o Brasil”;
3. “O terceiro é multiplicar os cursos de qualificação, mais curtos, para trabalhadores desempregados. E reforçaremos o Bolsa Família, dando uma ajuda de custo para os jovens cujas famílias dependem desse programa, para que possam se manter enquanto fazem os cursos profissionalizantes”.

Distribuição de livros para professores e alunos

De acordo com o site Proposta Serra – Um programa de governo colaborativo, o candidato do PSDB à Presidência anunciou que vai distribuir 100 milhões de livros por ano para professores e alunos a partir do 5º ano do Ensino Fundamental. Serão três livros por aluno ou professor. “A leitura incentiva a cultura e o raciocínio e ajuda na melhora da educação, que é um dos nossos grandes objetivos”, afirmou.

Prêmio por desempenho para profissionais das escolas

Em vídeo de campanha divulgado no site Proposta Serra, é apresentada a ideia de se criar um sistema de prêmios em dinheiro para todos os funcionários das escolas, baseado em melhorias de desempenho.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Segundo Serra, “é preciso prestar atenção num retrocesso grave dos últimos anos: a estagnação da escolaridade entre os adolescentes”.

É nesse contexto que se insere a proposta de “turbinar o ensino técnico e profissional, aquele que vira emprego. Emprego para a juventude, que é castigada pela falta de oportunidades de subir na vida”, afirmou o candidato durante seu pronunciamento no Encontro Nacional dos Partidos PSDB, DEM e PPS, em abril de 2010.

A proposta é atuar “de forma descentralizada, em parcerias com estados e municípios”. Dessa maneira, assegura-se “uma vinculação entre as escolas técnicas e os mercados locais, onde os empregos são gerados”.

Nota no site Proposta Serra destaca que, se eleito, o candidato “vai dar grande impulso ao ensino técnico”. Sua proposta é criar o ProTec.

Com o ProTec, o jovem terá bolsas de estudos integrais ou parciais para cursos técnicos em todo o país. O governo fará o cadastramento e a avaliação das instituições de ensino que participarão do programa.

SAÚDE

Assistência às mulheres grávidas

“A gestante terá acompanhamento médico e saberá em que hospital será o parto. Terá os seis exames pré-natais que são fundamentais, além de um bom acompanhamento no parto e no pós-parto”, defende o candidato no site Proposta Serra.

